

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXX*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Leonard A. CURCHIN, *Roman Spain. Conquest and assimilation*, Londres, Routledge, 1991

A diversidade da Hispânia, resultante da variedade ecológica e da multiplicidade das tradições históricas, é evocada logo na introdução, numa síntese breve e literariamente viva, que impressiona agradavelmente o leitor. Segue-se, logicamente, um quadro geográfico da Península, sem o qual seriam incompreensíveis as dificuldades da conquista e as diversidades culturais; e a este, um quadro étnico pré-romano, sem dúvida uma das partes menos conseguidas da obra.

Dois capítulos sobre a conquista constituem uma boa síntese, em língua inglesa, de uma história que facilmente se pode encontrar, mais desenvolvida, na bibliografia espanhola. A longa duração da guerra é explicada, na sequência das interpretações de Eckstein e Richardson, pelo desinteresse manifestado pelo Senado romano, aliás frequentemente mal informado sobre os desastres e a verdadeira dimensão dos êxitos. Apesar de ter autorizado avultados efectivos (entre 20.000 e 25.000 homens, anualmente) o Senado raramente cuidou de enviar bons generais ou bons administradores. “Spain was little more than a sideshow as far as the Roman Senate was concerned” (p. 54). Talvez o porquê deste desinteresse devesse ter motivado alguma reflexão.

A máquina da administração provincial, conventual e local é examinada no cap. 4. A necessidade de ser breve (porque a obra foi concebida como introdução ao estudo da Hispânia Romana) impede o autor de tratar de problemas como o da data da criação e dos limites geográficos da Lusitânia, o da cronologia dos *conventus* (embora pareça convencido da criação augustana pela inscrição AE 1984, 553, que recorda o *conventus Arae Augustae*) ou o da criação, por Caracala, da *Provincia Hispana Nova Citerior Antoniniana*. As rubricas “Tributação” e “Governo Local” são tratadas com demasiada brevidade, neste último caso talvez porque o autor não julgou conveniente desenvolver uma matéria anteriormente tratada na sua obra *The local magistrates of Roman Spain*.

Os estratos socialmente privilegiados da Hispânia Romana foram, em grande parte, constituídos por indígenas, cuja fortuna tinha por base a terra e cuja ascensão social se fazia pela integração nas *ordines decurionum*. O autor não esquece a importância do evergetismo na aquisição do *status*. A imigração de origem itálica é

talvez excessivamente diminuída e o difícil problema de julgar da origem através da onomástica, simplesmente ignorado.

Ao tratar da urbanização, Curchin sobrevaloriza o evergetismo das elites locais, esquecendo a intervenção possivelmente importante dos governos provinciais. O capítulo reduz-se à descrição sumária das capitais de províncias e de *conventus* e não tenta definir se houve ou não períodos de generalizada e intensa renovação urbanística (como parecem ter sido as épocas de Augusto e dos Flávios), seguidos de outros de afrouxamento construtivo.

A produção de bens alimentares (incluindo *garum*, vinho e azeite), de minérios e de artefactos é tratada de maneira sintética mas com adequado conhecimento da bibliografia, apropriadamente citada. A esta bibliografia deve acrescentar-se Domergue, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990. O autor não pôde utilizar também a bibliografia portuguesa que recentemente acrescentou, de maneira notável, o nosso conhecimento da produção de ânforas na Lusitânia.

“A romanização das crenças” é talvez um título inadequado a um capítulo que concede às religiões indígenas a importância que estas merecem. A informação de que as funções das divindades indígenas podem inferir-se da iconografia ou do contexto dos monumentos epigráficos (p. 157) parece-nos infundada, dada a raridade da iconografia e a descontextualização da quase totalidade dos achados. A iconografia pode até induzir em erro, como no caso de *Bande*, que o autor considera divindade feminina baseado na representação da *pátera* de Cáceres, e que na realidade era uma divindade masculina, como se prova pelo género dos epítetos. Pelo contrário, parecemos pessimismo afirmar que não se conhecem os cultos das camadas populares, dado que a onomástica prova o indigenismo de grande parte dos dedicantes.

A resistência à romanização é tratada no último capítulo. O autor hesita entre uma deliberada hostilidade e uma permanência de tradições que não foram desenraizadas. Para ilustrar essa permanência refere-se à manutenção das *gentilitates* e dos pactos de hospitalidade, à continuidade dos castros, à manutenção das religiões indígenas, à pobreza da arquitectura, à manutenção da onomástica pessoal.

Em resumo: esta obra é uma boa introdução ao estudo da Hispânia Romana e as copiosas notas e ampla bibliografia servem de guia seguro ao leitor que queira aprofundar as suas investigações.

J. ALARCÃO